



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

**EDITAL N° 071/2025
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 001/2025**

Processo nº 265/2025

Município de Espumoso/RS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Regime de execução: empreitada por menor preço unitário

Critério de julgamento: menor preço unitário

Modo de disputa: aberto

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE AMPLIAÇÕES, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E INSTALAÇÃO, EM TRÊS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SENDO E EMEI AMÁLIA BRESOLIN BAMBINI, EMEI CRIANÇA ESPERANÇA E EMEI GEMA LANER GHISLENI, CONFORME PROJETOS EM ANEXO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPUMOSO/RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na FORMA PRESENCIAL, do tipo menor preço unitário, objetivando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços para a construção de ampliações, com fornecimento de mão de obra, materiais e instalação, em três escolas de Educação Infantil, sendo a E.M.E.I. Amália Bresolin Bambini, E.M.E.I. Criança Esperança e E.M.E.I. Gema Laner Ghisleni, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Municipal nº 3690/2024.

A sessão do pregão presencial será realizada no seguinte endereço: Praça Arthur Ritter de Medeiros, s/n, centro, Espumoso/RS, Centro Administrativo, na sala de reunião do setor de compras e licitações, no dia 22 de dezembro de 2025, às 09:00h, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

Motivação da forma presencial: Opta-se pela Concorrência Presencial, em razão da natureza do objeto — obra pública — que exige análise detalhada de documentos técnicos, originais e impressos, bem como esclarecimentos diretos com a comissão de licitação, o que facilita a verificação de autenticidade, a conferência minuciosa da habilitação e a garantia de segurança jurídica ao processo. Além disso, a presença física dos interessados permite maior transparência, reduz riscos de falhas tecnológicas relacionadas a plataformas eletrônicas e assegura maior controle das etapas de abertura, julgamento e recebimento das propostas.

Outro aspecto que fundamenta a adoção da Concorrência Presencial é o fato de que empresas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

de construção civil de pequeno e médio porte, especialmente da região, ainda possuem maior familiaridade com procedimentos presenciais, o que estimula a competitividade local e regional, ampliando o número de empresas potencialmente interessadas. Trata-se de medida que fortalece a economicidade e favorece a participação de empresas que, embora tecnicamente habilitadas, não dispõem de estrutura adequada para processamento de documentos exclusivamente digitais.

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços para a construção de ampliações, com fornecimento de mão de obra, materiais e instalação, em três escolas de Educação Infantil, sendo a E.M.E.I. Amália Bresolin Bambini, E.M.E.I. Criança Esperança e E.M.E.I. Gema Laner Ghisleni, conforme descrito nesse edital e seus anexos.

ITEM	LOCAL	DESCRÍÇÃO SIMPLIFICADA	VALOR (TABELA SINAPI)
01	E.M.E.I. Amália Bresolin Bambini (Rua Valentim Bresolin, Bairro Franciosi).	Construção de salas e reforma para criação de novas salas com área total de ampliação de 52,89 m ² , com o fornecimento dos projetos Arquitetônico, Elétrico, Hidrossanitário e Estrutural do Setor de Engenharia Municipal, que deverão ser rigorosamente seguidos durante a execução da obra.	R\$ 102.936,77
02	E.M.E.I. Criança Esperança (Rua Etelvino Lupatini, Bairro Arroio).	Construção de uma sala de aula com área de ampliação de 39,20 m ² . O escopo contempla uma sala de aula com o fornecimento dos projetos Arquitetônico e Elétrico do Setor de Engenharia Municipal, que deverão ser rigorosamente seguidos durante a execução da obra.	R\$ 79.694,94
03	E.M.E.I. Gema Laner Ghisleni (Rua José Macalós, Bairro Tarumã).	Construção de novas salas de aulas com área de ampliação de 112,47m ² , além de reforma de pontos específicos, conforme planta baixa, prancha 2/3, com o fornecimento dos projetos Arquitetônico, Elétrico, Hidrossanitário e Estrutural do Setor de Engenharia Municipal, que deverão ser rigorosamente seguidos durante a execução da obra.	R\$ 287.448,86

1.1.1. Estima-se para a contratação o valor de: **R\$ 470.080,57 (quatrocentos e setenta mil e oitenta reais com cinquenta e sete centavos);**

1.2. O objeto desta licitação será executado em regime de empreitada por menor preço unitário;

1.3. A descrição dos trabalhos, o modo de execução dos serviços, qualidade e quantidade de materiais empregados constam nos documentos vinculados ao presente instrumento e correspondem a: Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Projetos, Plantas e Cronograma Físico-Financeiro.

1.4. A licitante deverá realizar visita técnica, através de seu Responsável Técnico, para conhecer o local de realização dos serviços. A visita será realizada até um dia útil anterior à realização da licitação, no horário da manhã do expediente da Prefeitura, sendo agendada com, no mínimo, um dia de antecedência, junto ao Setor de Engenharia, (54) 3383-4450.

1.5. Caso a empresa interessada se recuse a fazer a visita, esta deverá apresentar uma Declaração assinada pelo seu Responsável Técnico, informando que conhece o local, bem como, suas eventuais particularidades e que não tem interesse em realizar a visita ao local da obra, desistindo de qualquer reclamação posterior envolvendo quesitos passíveis de análises nesta visita.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

1.5.1. Não serão permitidos acréscimos pecuniários aos contratos em razão de peculiaridades que deveriam ter sido observados na visita técnica, independentemente de a empresa ter ou não realizado a visita.

1.6. A prestação dos serviços deverá ser realizada por empresa especializada, a qual deverá fornecer todo o material, pessoal e equipamentos necessários para a execução dos serviços, sendo, a empresa contratada, única e exclusiva responsável pelos mesmos. Na realização dos serviços deverá a empresa proporcionar proteção coletiva, prever a adoção de medidas que evitem a ocorrência de desmoronamentos, deslizamento, fissuras em residências, projetando a utilização dos materiais e serviços, evitando acidentes com máquinas e equipamentos.

1.7. FICA VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO OBJETO.

2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

2.1. Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 3 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE ESPUMOSO
EDITAL N°071 CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N°001/2025
ENVELOPE N° 01 - PROPOSTA
PROONENTE (NOME COMPLETO)

AO MUNICÍPIO DE ESPUMOSO
EDITAL N°071 CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N°001/2025
ENVELOPE N° 02 - DOCUMENTAÇÃO
PROONENTE (NOME COMPLETO)

3. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá o envelope nº 01 - Proposta e o envelope nº 02 - Documentação.

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

4.3. O pregoeiro realizará o credenciamento da interessada, que deverá comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame, além de declarar:

a) Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

b) Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

d) Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

e) Que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

f) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

g) Que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

h) Outras eventuais declarações complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 5 dias úteis.

5. PROPOSTA

5.1. O prazo de validade da proposta será de 60 dias úteis, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

5.2. Os licitantes deverão apresentar suas propostas, observando as diretrizes do Anexo II – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

OBS.: Em se tratando de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, excepcionalmente, nos termos dos artigos 41, 42 e 43 da Lei nº 14.133/2021, indicar marcas ou modelos e/ou exigir amostra ou prova de conceito, mediante existente procedimento de padronização.

6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação nesta concorrência, a licitante vencedora deverá enviar os seguintes documentos, em até 02 (duas) horas, após a fase de lances:

6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, e com o Município de Espumoso/RS, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- e) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art 7º da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

6.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) A habilitação econômico-financeira seja exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente e pelo menos 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- c) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

6.4. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

6.4.1. A substituição referida no item 5.4. somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

6.5. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

6.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.6.1. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da presente licitação;

III - prova do atendimento de requisitos previstos no art 67 da Lei Federal nº14.133/2021;

IV - Registro ou inscrição na entidade profissional competente, CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo);

V - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. VEDAÇÕES

7.1 Não poderão disputar licitação, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

7.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 7.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E LANCES:

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após a fase de lances;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.5. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.6. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

8.6.1. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado desempate na forma de sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6.2. Os licitantes poderão oferecer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

8.6.3. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 1 (um) minuto para apresentar nova proposta.

8.6.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 00,10 (dez centavos) que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.6.5. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

8.6.6. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.7. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Encerrada etapa de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que trata o item 4.3, alíneas “d” e “e” deste Edital;

9.1.1. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

9.1.2. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrem na hipótese do item 9.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.

9.1.3. O disposto no item 9.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da LC nº 123/2006.

9.2. Se não houver licitante que atenda ao item 9.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento (SE HOUVER);
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

10.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 4.3, alínea "h", deste Edital.

10.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

10.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

11. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de propostas, os documentos de habilitação serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.2. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.3. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

11.4. O beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 4.3, alíneas "d" e "e", deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que declarado vencedor, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

apuração de uma proposta que atenda ao edital. Nessa hipótese, classificada a proposta, será concedido o prazo previsto no item 11.1 para o envio da documentação de habilitação.

11.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.7. A habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos em regulamento do Poder Público.

11.8. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

12. DOS RECURSOS

12.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

12.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

12.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 12.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

12.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

14.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o contrato dentro do prazo de 5 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

14.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

14.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 5.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do **14.3.** deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

15. OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

15.1 Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do instrumento de contratação direto e do contrato, bem como nos termos da sua proposta;

15.2. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

15.3. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

15.4. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

15.5. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

15.6. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATADA e/ou terceiros, decorrente de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

15.7. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

15.8. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em instrumento de contratação direta e no contrato;

15.9. A CONTRATADA deverá refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional.

15.10. A empresa responsável pela execução compromete-se a realizar os serviços conforme as especificações e detalhamentos constantes nos referidos projetos, garantindo a qualidade, segurança e conformidade técnica em todas as etapas da construção.

15.11. A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa CONTRATADA, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a execução do objeto contratado;

15.12. Condições de execução das obras:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

- a) A mão de obra a empregar será, obrigatoriamente, de qualidade comprovada, de profissionais sem impedimentos legais e ou de saúde.
- b) A obra e suas instalações deverão ser entregues completas, limpas e em condições de funcionar plenamente.
- c) A empreiteira se responsabilizará por qualquer dano, acidente ou sinistro que venha a ocorrer na obra por falta de segurança, falta de equipamentos adequados tanto de trabalho quanto de segurança dos empregados.
- d) A Contratada deverá ser responsável pelo uso de EPI's, dispondo-os dos mesmos para seus funcionários;
- e) Todos os materiais, obras e serviços a serem empregados, ou executados, deverão atender ao exigido neste memorial, nos projetos elaborados, no contrato firmado entre as partes, nas ordens escritas da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, e, nos casos omissos, nas Normas e Especificações da ABNT e do fabricante do material.
- f) Toda e qualquer modificação que acarrete aumento ou traga diminuição de quantitativos ou despesas, será previamente outorgada por escrito pela CONTRATANTE, após o pronunciamento da FISCALIZAÇÃO e só assim tomada em consideração no ajuste final de contas. Essas modificações serão medidas e pagas ou deduzidas, com base nos preços unitários do contrato.
- g) Os acréscimos cujos serviços não estejam abrangidos nos preços unitários estabelecidos no contrato serão previamente orçados de comum acordo com a FISCALIZAÇÃO.
- h) A fiscalização das obras e serviços será exercida pela CONTRATANTE, diretamente, e/ou através de Consultoria pela mesma credenciada. A existência da FISCALIZAÇÃO, não exime a responsabilidade integral, única e exclusiva do EMPREITEIRO, para com os trabalhos e obras adjudicados, nos termos do Código Civil Brasileiro.
- i) O EMPREITEIRO deverá permitir a inspeção e o controle, por parte da FISCALIZAÇÃO, de todos os serviços, materiais e equipamentos, em qualquer época e lugar, durante a execução das obras.
- j) Qualquer material ou trabalho executado que não satisfaça às especificações ou que difira do indicado nos desenhos, ou qualquer trabalho não previsto, executado sem autorização escrita da FISCALIZAÇÃO, será considerado inaceitável, ou não autorizado, devendo o EMPREITEIRO remover, reconstituir ou substituir, ou qualquer parte da obra comprometida pelo trabalho defeituoso, sem qualquer pagamento extra.
- k) Se as circunstâncias ou condições locais tornarem, porventura, aconselhável à substituição de alguns dos materiais especificados por outros equivalentes, essa substituição somente poderá se dar mediante autorização expressa da FISCALIZAÇÃO, para cada caso particular.
- l) Os equipamentos a empregar deverão apresentar perfeitas condições de funcionamento, e serem adequados aos fins a que serão destinados.
- m) Deverá ser previsto, em cada caso específico, o pessoal, equipamento e materiais necessários à administração e condução das obras.
- n) A mão de obra a empregar deverá ser de primeira qualidade, de modo a permitir uma perfeita execução dos serviços e um acabamento esmerado dos mesmos.
- o) Será obrigatório o uso, no canteiro de obras, de calçado apropriado ao tipo de serviço (botinas com solado resistente e com isolamento, botas de borracha de cano longo etc.), bem como o uso de proteção ocular adequada ao tipo de serviço.
- p) Os trabalhos que exijam proteção das mãos devem ser realizados com luvas de segurança de material adequado ao tipo de serviço.
- q) Será obrigatória a utilização de protetores respiratórios nos trabalhos que houver liberação de poeiras e de capacete em todo o canteiro de obras.
- r) Ficará a cargo e responsabilidade da empresa contratada, devido ao tráfego de veículos e pedestres, no local da obra, a colocação de placas de sinalizações.
- s) Deverá ser obrigatória pelo pessoal da obra, a utilização de equipamentos de segurança, como botas, capacetes, óculos e demais proteções de acordo com as Normas de Segurança do Trabalho.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

t) A segurança do trabalho poderá ser fiscalizada pelo Ministério do Trabalho.

17. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A execução dos serviços contratados deverá ocorrer conforme os projetos e documentação em anexo, sendo entregues em perfeito estado até o dia 30 de abril de 2026, sendo:

17.1. Escola Municipal de Educação Infantil Amália Bresolin Bambini, localizada na Rua Valentim Bresolin, Bairro Franciosi.

17.1.1. Construção de salas e reforma para criação de novas salas com área total de ampliação de 52,89 m², com o fornecimento dos projetos Arquitetônico, Elétrico, Hidrossanitário e Estrutural do Setor de Engenharia Municipal, que deverão ser rigorosamente seguidos durante a execução da obra.

a) Limpeza: Limpeza do terreno com toda preparação necessária para a locação da obra;

b) Fundação: A fundação adotada será do tipo sapata, conforme dimensionamento e detalhamento apresentados no projeto estrutural. As escavações deverão atingir o solo firme, conforme cota indicada em planta, garantindo a estabilidade do conjunto estrutural; A concretagem das sapatas será realizada com concreto usinado Fck 25 MPa, assegurando resistência e desempenho conforme norma, com impermeabilização da superfície;

c) Viga de Baldrame: Após a execução das sapatas, será realizada a viga de baldrame, que interliga as fundações e proporciona rigidez ao sistema. As superfícies em contato com o solo receberão impermeabilização com emulsão asfáltica, para proteção contra a umidade ascendente;

d) Paredes: As paredes da edificação serão executadas com tijolos cerâmicos furados na vertical, com dimensões de 14 x 19 x 29 cm, próprios para alvenaria de vedação, proporcionando bom desempenho térmico e acústico. A argamassa de assentamento será composta por cimento, cal e areia, com preparo mecânico em betoneira, garantindo homogeneidade e aderência adequada à alvenaria. A execução deverá obedecer aos alinhamentos verticais (prumo), horizontais (nível) e ao esquadro, conforme projeto arquitetônico, assegurando a qualidade do acabamento e estabilidade da estrutura. As normas técnicas da ABNT NBR 13281 e NBR 15812-1 devem ser rigorosamente observadas.

e) Pavimentação Interna: A execução da pavimentação interna seguirá os seguintes procedimentos e especificações: Preparação de base com lastro de material granulado compactado, garantindo estabilidade e nivelamento adequado; Execução de contrapiso em argamassa traço 1:4 (cimento e areia), aplicado com espessura regular e desempenado; Aplicação de porcelanato de piso, aplicada com argamassa;

f) Pavimentação Externa existente: A calçada de acesso a obra será executada em concreto;

g) Forro: O forro será gesso acartonado.

h) Cobertura/Telhado: A cobertura será executada com estrutura em aço, para telha metálica termoacústica, seguindo a inclinação do telhado existente, estruturada pra fixação do forro em gesso. As calhas e algerosas serão em chapa metálicas, revestindo a platibanda (parte interna) do volume frontal. Para a construção do Volume na parte frontal da obra, será necessário demolir os beirais indicados em plantas para instalação de calhas, e construção de platibandas.

i) Revestimentos internos e externos: As alvenarias internas e externas receberão chapisco, emboço e massa única, finalizando com pintura.

j) Esquadrias: Serão executadas esquadrias em alumínio, na cor branca com vidro incolor. A porta interna será em madeira folha semi-oca e porta externa em alumínio em lambri com fechadura central.

k) Pintura internas e externas: Todas as demais superfícies de alvenaria que não serão revestidas receberão os seguintes tratamentos, cor interna branca e externa mesma cor existente escola. Aplicação de 01 (uma) demão de fundo preparador selador acrílico, com a finalidade de uniformizar a absorção da superfície e garantir melhor aderência da pintura final. Em seguida, será executada a pintura látex acrílica Standard. No teto será fundo selador acrílico e pintura látex acrílica Standart. Pintura em tinta esmalte sintético para madeira.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

- I)** Instalações elétricas: A iluminação interna do ambiente será composta por painéis de led de embutir no gesso, na temperatura de cor Branco frio – 6000k com potência de 24 w cada, com acabamento na cor branca. Conforme pontos especificados no projeto elétrico.
- m)** Hidrossanitário: Verificar na planta as descidas do pluvial, da calha central que unirá a cobertura existente com a nova cobertura. Sistema de fossa filtro e sumidouro novos, pois serão removidos do local existente.
- n)** Reforma da sala dos professores para sala de aula: Remoção de paredes, louças, janelas, com a instalação de nova janela, pintura das paredes.
- o)** Reforma dos Berçários 01 e 02: Remoção de porta janela e fechamento do vão em alvenaria, conforme planta baixa.
- p)** Solário existente: Remoção do Solário existente, onde será construído aumento de dormitório e transferido em local indicado em planta, com pavimentação em concreto.
- q)** A execução deverá seguir rigorosamente o projeto específico e os detalhes. Tudo deverá estar rigorosamente dentro do exigido, conforme documentação anexa.

17.2. Escola Municipal de Educação Infantil Criança Esperança, localizada na Rua Etilvino Lupatini, Bairro Arroio.

17.2.1. Construção de uma sala de aula com área de ampliação de 39,20 m². O escopo contempla uma sala de aula com o fornecimento dos projetos Arquitetônico e Elétrico do Setor de Engenharia Municipal, que deverão ser rigorosamente seguidos durante a execução da obra.

- a)** Limpeza: Antes do início das obras, o terreno deverá limpo, com a remoção de vegetação existente para poder dar início a locação da obra;
- b)** Fundação: A fundação adotada será do tipo sapata, conforme dimensionamento e detalhamento apresentados no projeto estrutural. As escavações deverão atingir o solo firme, conforme cota indicada em planta, garantindo a estabilidade do conjunto estrutural; A concretagem das sapatas será realizada com concreto usinado Fck 25 MPa, assegurando resistência e desempenho conforme norma, com impermeabilização da superfície;
- c)** Viga de Baldrame: Após a execução das sapatas, será realizada a viga de baldrame, que interliga as fundações e proporciona rigidez ao sistema. As superfícies em contato com o solo receberão impermeabilização com emulsão asfáltica, para proteção contra a umidade ascendente;
- d)** Paredes: As paredes da edificação serão executados com tijolos cerâmicos furados na vertical, com dimensões de 14 x 19 x 29 cm, próprios para alvenaria de vedação, proporcionando bom desempenho térmico e acústico. A argamassa de assentamento será composta por cimento, cal e areia, com preparo mecânico em betoneira, garantindo homogeneidade e aderência adequada à alvenaria. A execução deverá obedecer aos alinhamentos verticais (prumo), horizontais (nível) e ao esquadro, conforme projeto arquitetônico, assegurando a qualidade do acabamento e estabilidade da estrutura. As normas técnicas da ABNT NBR 13281 e NBR 15812-1 devem ser rigorosamente observadas;
- e)** Pavimentação Interna: A execução da pavimentação interna seguirá os seguintes procedimentos e especificações: Preparação de base com lastro de material granulado compactado, garantindo estabilidade e nivelamento adequado; Execução de contrapiso em argamassa traço 1:4 (cimento e areia), aplicado com espessura regular e desempenado; Aplicação de porcelanato de piso, aplicada com argamassa;
- f)** Pavimentação Externa Solário e calçada de acesso: A calçada de acesso a obra e solário será executada com revestimento cerâmico, antiderrapante na área de piso, aplicada com argamassa;
- g)** Rodapés: Os rodapés serão do próprio material dos pisos, porcelanato;
- h)** Forro: O forro será em PVC, branco;
- i)** Estrutura do Telhado e Cobertura da Ampliação: A cobertura será executada com estrutura em aço, para telha metálica termoacústica, seguindo a inclinação do telhado existente, com a união de calha em chapa metálica.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

- j) Revestimentos internos e externos: Interno - As alvenarias receberão chapisco, e massa única em argamassa traço 1:2:8, finalizando com pintura. Externo- As alvenarias externas receberão Chapisco e emboço ou massa única traço 1:2:8;
- k) Esquadrias: Serão executadas esquadrias em alumínio, na cor branca com duas folhas móveis e duas fixas e vidro incolor. Porta em alumínio lambri na cor branca, com fechadura central;
- l) Pintura internas e externas: Todas as demais superfícies de alvenaria que não serão revestidas receberão os seguintes tratamentos: Aplicação de 1 (uma) demão de fundo preparador selador acrílico, com a finalidade de uniformizar a absorção da superfície e garantir melhor aderência da pintura final. Em seguida, será executada a pintura látex acrílica Standart;
- m) Instalações elétricas: A iluminação interna do ambiente será composta por painéis de led de sobrepor, na temperatura de cor Branco frio – 6000k com potência de 24 w cada, com acabamento na cor branca. Conforme pontos especificados no projeto elétrico;
- n) Hidrossanitário: Verificar na planta as descidas do pluvial, da calha central que unirá a cobertura existente com a nova cobertura;
- o) A execução deverá seguir rigorosamente o projeto específico e os detalhes. Tudo deverá estar rigorosamente dentro do exigido, conforme documentação anexa.

17.3. Escola Municipal de Educação Infantil Gema Laner Ghisleni, localizada na Rua José Macalós, Bairro Tarumã.

17.3.1. Construção de salas e reforma para criação de novas salas com área total de ampliação de 52,89 m², com o fornecimento dos projetos Arquitetônico, Elétrico, Hidrossanitário e Estrutural do Setor de Engenharia Municipal, que deverão ser rigorosamente seguidos durante a execução da obra.

- a) Limpeza: Limpeza do terreno com toda preparação necessária para a locação da obra;
- b) Fundação: A fundação adotada será do tipo micro estaca conforme dimensionamento e detalhamento apresentados no projeto estrutural. As escavações deverão atingir o solo firme, conforme cota indicada em planta, garantindo a estabilidade do conjunto estrutural; A concretagem das Estacas, será realizada com concreto usinado Fck 25 MPa, assegurando resistência e desempenho conforme norma;
- c) Viga de Baldrame: Após a execução das sapatas, será realizada a viga de baldrame, que interliga as fundações e proporciona rigidez ao sistema. As superfícies em contato com o solo receberão impermeabilização com emulsão asfáltica, para proteção contra a umidade ascendente.
- d) Estrutura: Serão executados pilares, vigas em concreto armado e laje de forro pré-moldada, conforme projeto estrutural, respeitando todas as especificações de armaduras, fôrmas, dimensões e prazos de cura do concreto.
- e) Paredes: As paredes da edificação serão executadas com tijolos cerâmicos furados na vertical, com dimensões de 14 x 19 x 29 cm, próprios para alvenaria de vedação, proporcionando bom desempenho térmico e acústico. A argamassa de assentamento será composta por cimento, cal e areia, com preparo mecânico em betoneira, garantindo homogeneidade e aderência adequada à alvenaria. A execução deverá obedecer aos alinhamentos verticais (prumo), horizontais (nível) e ao esquadro, conforme projeto arquitetônico, assegurando a qualidade do acabamento e estabilidade da estrutura. As normas técnicas da ABNT NBR 13281 e NBR 15812-1 devem ser rigorosamente observadas.
- f) Pavimentação Interna: A execução da pavimentação interna seguirá os seguintes procedimentos e especificações: Preparação de base com lastro de material granulado compactado, garantindo estabilidade e nivelamento adequado; Execução de contrapiso em argamassa traço 1:4 (cimento e areia), aplicado com espessura regular e desempenado; Aplicação de porcelanato de piso, aplicada com argamassa;
- g) Pavimentação Externa existente: A calçada da circulação externa permanece a mesma;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

- h)** Forro: O forro será em laje rebocada, juntamente com os beirais indicados em planta baixa. Receberão chapisco, emboço e massa fina, finalizando com pintura. Forro em PVC na circulação externa existente de acesso as salas;
- i)** Cobertura/Telhado: A cobertura será executada com estrutura em aço, para telha metálica, seguindo a inclinação indicado em planta (mínimo 10%), com calhas em chapa metálica, rufos e tubos em PVC para descida da água pluvial.
- j)** Revestimentos internos e externos: As alvenarias receberão chapisco, emboço e massa fina, finalizando com pintura. No Sanitário (sala 01) receberá revestimento cerâmico em todas as paredes e em toda a altura. Na área externa, a obra receberá chapisco, emboço e pintura.
- k)** Esquadrias: Serão executadas janelas em alumínio, na cor branca com duas folhas móveis e duas fixas, base inferior fixa e vidro incolor (ver modelo da fachada leste). Porta interna madeira folha semi-oca.
- l)** Pintura das alvenarias/teto e internas: Todas as demais superfícies de alvenaria que não serão revestidas receberão os seguintes tratamentos: Aplicação de 01 (uma) demão de fundo preparador selador acrílico, com a finalidade de uniformizar a absorção da superfície e garantir melhor aderência da pintura final. Em seguida, será executada a pintura látex acrílica Standart. Pintura de acabamento esmalte sintético em madeira para portas;
- m)** Pintura das alvenarias externas: Aplicação de 01 (uma) demão de fundo preparador selador acrílico, com a finalidade de uniformizar a absorção da superfície e garantir melhor aderência da pintura final. Em seguida, será executada a pintura látex acrílica Standart;
- n)** Instalações elétricas: A iluminação interna e externa dos ambientes serão compostas por painéis de led de sobrepor, na temperatura de cor Branco frio – 6000k com potência conforme especificação, com acabamento na cor branca. Conforme pontos especificados no projeto elétrico. Tomadas e interruptores acabamento cor branco.
- o)** Instalações hidráulicas: Serão executados pontos de água potável, conforme projeto hidrossanitário, cano de PVC, conforme projeto, ramificando do ponto mais próximo, para a perfeito funcionamento dos pontos de consumo, pias, vasos sanitários, juntamente com o esgoto com rede conforme projeto Hidrossanitário, com interligação no esgoto existente da escola;
- p)** Louças e metais: Serão instalados vasos sanitários infantis de louça na cor branca específicos para crianças Kit completo, (em perfeito funcionamento). A bancada das pias será em granito cinza, com cubas de embutir de louça, na cor branca, com torneiras em inox, cromadas;
- q)** Reforma de banheiro existente: Será reformado (REMOÇÃO DE ITENS QUE ESTÃO NO LOCAL EXISTENTE) banheiro existente, indicado em planta baixa e transformado em sala de leitura. Será mantido o mesmo piso;
- r)** Reforma anfiteatro existente: Na área externa será eliminado o “Anfiteatro” existente (degraus, abaixo do nível da obra), para melhor aproveitamento do espaço, e problemas de alagamentos devido ao sistema em que foi construído. Será realizado o nivelamento do mesmo, e a colocação de piso intertravado, bloco retangular modelo cor cinza natural, dimensão 20cmx10cm, espessura 06 cm;
- s)** Reforma do saguão da escola: Na área do saguão será construída alvenaria de fechamento entre a platibanda do beiral das salas de aula até altura do telhado do Saguão, mais elevado, em ambos os lados, eliminando assim a entrada de água em dias chuvosos no saguão.
- t)** A execução deverá seguir rigorosamente o projeto específico e os detalhes. Tudo deverá estar rigorosamente dentro do exigido, conforme documentação anexa.

18. PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1. O início dos serviços contratados deverá ocorrer a partir da assinatura do contrato e o contrato deverá ter vigência até o dia 30 de abril de 2026.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

19. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. Recebimento Provisório até 15 (quinze) dias úteis após a comunicação formal da contratada sobre a conclusão dos serviços. Será formalizado mediante vistoria técnica realizada pelo fiscal e gestor designado pela Administração, que avaliará se as etapas executadas atendem ao memorial descritivo, projetos arquitetônico e elétrico, normas técnicas da ABNT e demais especificações, se todos os materiais empregados são de qualidade comprovada, conforme exigido no memorial, se as superfícies, pinturas, pavimentações e estruturas apresentam acabamento esmerado, sem defeitos, fissuras ou irregularidades e se a obra está limpa, desimpedida e segura para uso, com retirada de entulhos e resíduos.

19.2. Sendo constatada alguma não conformidade, a contratada será notificada para corrigir os pontos apontados, no prazo estabelecido pela fiscalização, sendo o recebimento provisório adiado até a devida regularização.

19.3. Recebimento Definitivo até 90 (noventa) dias corridos após o recebimento provisório sem que tenham sido identificados vícios ocultos, falhas de funcionamento e/ou descumprimento das obrigações técnicas contratuais.

19.4. Com o recebimento definitivo, considera-se encerrada a responsabilidade contratual, exceto quanto à garantia legal e contratual da obra que será de 05 (cinco) anos.

19.5. A contratada deverá garantir a obra pelo prazo de 05 anos, nos termos do art. 618 do Código Civil, sendo responsável por vícios estruturais e falhas que comprometem a funcionalidade e segurança da edificação.

19.6. Durante o prazo de garantia, eventuais defeitos deverão ser corrigidos sem ônus para a Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da notificação.

19.7. Considerando que a presente contratação se refere à de empresa especializada para a prestação de serviços de construção de ampliação, com fornecimento de materiais e instalações, nas escolas: E.M.E.I. Amália Bresolin Bambini, E.M.E.I. Criança Esperança e E.M.E.I. Gema Laner Ghisleni, visando atender a demanda da Secretaria de Educação, Cultura e Turismo do Município de Espumoso/RS, a medição será realizada em etapa única, após a efetiva entrega, conforme as condições previstas no Termo de Referência e no contrato.

19.8. O pagamento será efetuado em até 30 dias mediante a entrega das obras, vistoria do fiscal e gestor de contrato e a apresentação de Nota Fiscal, por depósito em conta corrente de titularidade da empresa contratada.

19.9. Após recebimento da nota fiscal, o expediente será encaminhado para que o fiscal do contrato ateste, e estando de acordo com as especificações solicitadas, será o expediente encaminhado para pagamento.

19.10. A despesa correrá na seguinte dotação orçamentária:

2052 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS CRECHES MUNICIPAIS	4490.51.00.00.00.00
---	---------------------

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 19.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) multa de 3% sobre o valor total atualizado do contrato, pela inexecução parcial;
- b) multa de 10% sobre o valor total atualizado do contrato, pela inexecução total;
- c) Advertência ou suspensão do direito de participar em licitação do CONTRATANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e ainda, declará-lo inidôneo para contratar ou transacionar com o município.

20.3. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

21. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

21.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao Agente de Contratação, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: licitacoes@espumoso.rs.gov.br ou diretamente no portal <https://bllcompras.com>

21.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico da Administração <https://espumoso.rs.gov.br/> e no portal <https://bllcompras.com>

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contrato.

22.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.

22.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

22.4. Em caso de divergência entre o edital e seus anexos, prevalecerá o disposto no edital.

22.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Espumoso/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

22.6. A secretaria de Coordenação e Planejamento indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato, conforme segue:

Gestor: Tarso dos Reis Fin, Engenheiro Civil – CREA/RS 257804

Fiscal: Acácio Dolci Rosalen, Arquiteto e Urbanista – CAU A83054-2 / Coordenador do Departamento da Engenharia



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

22. DOS ANEXOS:

- I – Termo de Referência
II – Minuta do Contrato

Espumoso/RS 02 de dezembro de 2025

Gerson Lopes Rodrigues Machado
GERSON LOPES RODRIGUES MACHADO
Prefeito Municipal